

2

Identidade, violência e Relações Internacionais: uma perspectiva genderizada

O presente capítulo buscará inserir o tema tratado nesta dissertação na Teoria de Relações Internacionais, ressaltando a contribuição dos estudos de gênero para a análise da violência sexual perpetrada, em massa, no contexto de conflito identitário. Para tal, o capítulo está dividido em três seções¹⁵. A primeira terá como ponto fundamental a discussão da contribuição de gênero para a disciplina de RI, ressaltando a importância da inserção da construção social de gênero na análise dos conflitos contemporâneos. A segunda seção buscará desenvolver a articulação entre raça, etnia, classe social e a formação da identidade, considerando as relações de gênero, visando destacar a dimensão de gênero na constituição da identidade. Já a terceira seção elucidará a relação entre o corpo político do Estado e o corpo físico dos indivíduos, dando forma à política do corpo ou *body-politics*. Nosso objetivo é elucidar a inter-relação entre o corpo político do Estado e a política do corpo, demonstrando o papel fundamental da identidade, da constituição dos discursos e das relações de gênero nesta dinâmica.

2.1

Gênero e Relações Internacionais

Os debates dos anos 80 e 90 ocasionaram mudanças no estudo das Relações Internacionais, uma vez que os teóricos pós-positivistas¹⁶ introduziram novos temas,

¹⁵ A divisão em subseções não pretende, em nenhuma medida, separar, compartimentalizar ou categorizar os assuntos em temas fechados. Ao contrário, buscaremos ressaltar, ao longo da dissertação, o caráter relacional, constitutivo e a impossibilidade de dissociar as construções sociais de gênero, a formação das identidades, a constituição dos discursos e a disciplina de RI. Nessa medida, esta divisão se presta apenas à finalidade de organização do capítulo.

¹⁶ Denominação dada por Yosef Lapid em LAPID, Yosef. (1989), “The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era”. *International Studies Quarterly*, vol. 33, nº 3, p. 236-254.

novas perspectivas, movidos pela necessidade de superar as limitações das teorias do *mainstream* acerca das transformações que ocorriam na política mundial contemporânea. Nesse sentido, os tipos de análises adotadas pelas perspectivas tradicionais sofrem questionamentos e novos debates surgem para lidar com a insuficiência explicativa de tais abordagens.

Dentre os novos questionamentos, tornou-se imperativo repensar a percepção do Estado como único responsável na promoção da segurança dos cidadãos, uma vez que a proliferação de práticas discriminatórias perpetradas por este ator se tornou frequente. Assim, os debates em torno da anarquia e do estadocentrismo vão dando lugar à problematização das identidade, dado o contexto de proliferação de conflitos nelas baseados.

No âmbito destas mudanças, a necessidade de lidar com o contexto histórico, as relações sociais, a cultura e os aspectos identitários abriram espaço para o desenvolvimento de perspectivas que proporcionaram novos modelos analíticos para a produção teórica na disciplina, afastando-se dos cânones tradicionais¹⁷. Isso se torna ainda mais notório após a deflagração dos diversos conflitos identitários na antiga Iugoslávia e em Ruanda, sendo este último objeto de estudo desta dissertação.

Favorecidas pelo contexto de debate acerca da produção de conhecimento na disciplina, as perspectivas feministas lançam um desafio às teorias tradicionais no que tange à incorporação das lentes de gênero como instrumento de análise, desvencilhando-se das amarras da visão tradicional de que o gênero não contribuiria para resolver os problemas do “mundo real” (Tickner, 1997, p. 612)¹⁸.

É no escopo deste debate que as abordagens feministas trazem suas contribuições de forma a problematizar as construções sociais de gênero e sua influência para a política internacional. No entanto, não se pode falar em apenas um

¹⁷ Os teóricos destas perspectivas mais críticas argumentam que a análise das ciências sociais não pode estar balizada na busca pelo estabelecimento de leis gerais, nesse modelo determinista e mecanicista adotado pelos positivistas. Ao contrário, é necessário ressaltar que quando se trata da análise da realidade social existem diversas práticas e significados impregnados nessa realidade. Além disso, argumentam pela impossibilidade de o cientista apreender esta realidade sem que influencie sua argumentação por seus valores e pelo contexto no qual está inserido. Nesse sentido ver Milja Kurki, 2008.

¹⁸ Ver Tickner, 1997; Zalewski, 1995 para uma discussão acerca dos motivos pelos quais a teoria feminista seria alvo de críticas no que diz respeito ao gênero como instrumento de análise dos problemas da política internacional.

tipo de feminismo, uma vez que existem múltiplas abordagens com posicionamentos, práticas e discursos contrastantes¹⁹. Portanto, defendemos que não é possível argumentar em favor de um feminismo monolítico e ressaltamos que a pretensão de falar no sujeito mulher como algo uníssono e homogêneo acaba silenciando diferentes experiências.

Apesar da variação entre elas, o comprometimento com a incorporação das lentes de gênero na análise das práticas sociais é partilhado. Portanto, esta seção buscará ressaltar a contribuição de diversos autores que defendem a inserção do gênero na análise das Relações Internacionais.

É importante ressaltar que gênero não é sinônimo para o sujeito feminino, não diz respeito apenas às experiências das mulheres. Em geral, a literatura que trata das questões de gênero tende a priorizar as experiências e vitimizações ligadas ao sujeito feminino. Devido ao fato de as feministas terem inserido o gênero como instrumento de análise nos debates, a associação gênero-feminismo é quase automática. No entanto, buscaremos demonstrar que o comprometimento com o gênero não implica, necessariamente, na adoção de uma agenda feminista.

Charli Carpenter (2002, p.156) ressalta exatamente a preocupação em não tratar o gênero como sinônimo de feminismo, uma vez que essa postura reduziria os incentivos para que teóricos não comprometidos com o feminismo tenham o gênero como um importante instrumento em suas análises. Portanto, é importante demonstrar as contribuições das questões de gênero, sem associá-las unicamente ao feminismo, uma vez que isso pode criar barreiras para a produção do conhecimento. De acordo com a autora, a própria recusa das feministas em dissociar o gênero de uma agenda feminista²⁰ acaba gerando marginalizações com relação ao tema (Carpenter, 2002, p.153-154; Halley, 2006, p.32). Carpenter (2002) sugere uma abordagem de gênero

¹⁹ Para uma escrutinização mais detalhada das diferentes abordagens feministas ver Steans, 2006; True, 1996; Whitworth, 2008.

²⁰ O termo *agenda feminista* implicaria, segundo a autora, na necessidade de demonstrar a subordinação e marginalização das mulheres, visando sua emancipação e empoderamento (ver Carpenter, 2002). Apesar de conferir legitimidade à agenda, a presente dissertação não corrobora da ênfase dada ao sujeito mulher como constante vítima. Na verdade, o argumento aqui defendido pretende ir além deste comprometimento, incluindo as experiências femininas e masculinas e demonstrando como as relações de gênero, socialmente construídas, moldam a realidade social e marginalizam não só mulheres, como homens, meninos, meninas, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais.

não-feminista por considerar igualmente importante a vitimização e marginalização do sujeito masculino.

Janet Halley (2006) corrobora o argumento de Carpenter (2002), afirmando que as vitimizações baseadas no gênero que os homens sofrem não são objeto de escrutinização pelas feministas, tampouco as outras minorias sexuais (Halley, 2006, p.13-14). Nesse sentido, ela sugere “dar um tempo”²¹ ao feminismo, uma vez que a teoria feminista, em geral, acaba caindo em sua própria armadilha ao essencializar uma categoria universal de mulher, afirmando sua subordinação perante os homens e valorizando mais as experiência femininas (p. 17-21).

O próprio uso da palavra *feminista* representa um enfoque nas análises e contribuições associadas ao sujeito feminino. Contudo, é necessário ressaltar que descartar as perspectivas que se auto-identificam como feministas e suas contribuições acerca das questões de gênero não nos parece razoável, mas argumentamos em favor de uma complementaridade. Assim, a proposta aqui avançada busca reconhecer a importância do feminismo, mas não se restringir à incorporação das experiências femininas, incluindo também a possibilidade de o sujeito masculino sofrer marginalizações baseadas no gênero. Buscaremos, portanto, desmistificar a pressuposição de que as mulheres são sempre vítimas e os homens perpetradores.

Um importante contra-argumento no que tange à adoção de uma teoria não-feminista, tal como avançada por Carpenter (2002), é o reconhecimento da impossibilidade de falar de feminilidade sem abordar a masculinidade devido ao seu caráter relacional. Nesse sentido, uma vez que gênero diz respeito às construções sociais atreladas à feminilidade e à masculinidade e as características atribuídas a cada um são baseadas em termos de ausência e presença, essa inter-relação é necessária, pois são termos dependentes²². Portanto, é importante reconhecer que tratar unicamente das experiências femininas, bem como silenciar as abordagens feministas é igualmente marginalizador.

²¹ Do original “*Take a break from feminism*”.

²² Nesse sentido ver Hooper, 2001; Carver, 2003; Peterson; Runyan, 2010; Zalewski, 2010.

Ao defenderem a ligação entre o pessoal, o político e o internacional, as feministas buscam enfatizar que as relações antes vistas como meramente privadas e sociais estão imbricadas em relações de poder (Enloe, 2000, p.195; Das, 2008). Nesse sentido, destacam a importância de reconhecer a dinâmica das relações de poder que operam na demarcação dos pressupostos disciplinares, naturalizando e reificando uma disciplina genderizada.

Nesse sentido, a construção e cristalização da mulher como restrita ao espaço doméstico em oposição à construção do homem como atuante na esfera pública acabou culminando na marginalização das experiências femininas no que tange à sua atuação na política e na academia (Tickner, 1996; Enloe, 2000). Segundo Tickner (1992) somos socializados a acreditar que os homens têm uma afinidade especial com a política da guerra e do poder devido a sua associação com características como independência, força física, coragem, valorizadas na condução da política internacional. Portanto, essas características associadas à masculinidade hegemônica²³ são projetadas nos comportamentos dos Estados, cujo sucesso como atores internacionais é medido em termos de poder e capacidade autônoma (Tickner, 1992, p.6-7). Ao passo que as mulheres enfrentam dificuldades para serem reconhecidas na área, por serem consideradas fracas e incapazes de atuar na política e de tratar das questões relativas à segurança nacional (Tickner, 1992, p.4-5).

Apesar de defender a inserção do gênero na teoria de Relações Internacionais, Tickner tem sido alvo de críticas por situar o gênero dentro da perspectiva feminista e/ou por adotar uma visão simplista acerca da masculinidade e feminilidade ²⁴. Ao introduzir a discussão sobre o conceito de masculinidade hegemônica (Tickner, 1992, p.6), a autora problematiza a construção genderizada associada a um tipo de masculinidade ideal. Entretanto, apesar de também reconhecer os diferentes “modelos de homem” (p. 67), não desenvolve um argumento acerca das outras masculinidades e feminilidades subordinadas. Nesse sentido, concordamos com a crítica de Hooper (2001, p.3) ao afirmar que Tickner tende a opor um masculinismo monolítico a um feminismo igualmente monolítico. Além disso, a autora propõe uma reformulação da

²³ Termo inserido por R.W. Connell (1987) que sustentaria um estereótipo de masculinidade ideal.

²⁴ Nesse sentido ver Carpenter, 2002, p.155 e Hooper, 2001, p.3, respectivamente.

teoria de RI na tentativa de um futuro melhor (p.136), incluindo as experiências das mulheres para equilibrar o domínio masculino, no que ela denomina uma perspectiva não-genderizada para a disciplina de RI (p.127). Contudo, discordamos desta nomenclatura adotada por ela²⁵, uma vez que denota a idéia de que há a possibilidade de desvencilhar-se do gênero e nossa proposta é justamente demonstrar sua dimensão constitutiva.

O conceito de masculinidade hegemônica é amplamente discutido nas teorias de gênero²⁶. Inicialmente introduzido por R.W. Connell (1987), este se refere a um tipo ideal masculino, culturalmente sancionado, valorizado em detrimento de outras masculinidades e feminilidades subordinadas. Ao debruçarmo-nos sobre este conceito, buscamos revelar a dinâmica do processo de produção do feminino, assim, essa opção epistemológica utiliza a masculinidade, enfocando na produção da feminilidade e nesta fabricação da diferença. Em geral, a masculinidade hegemônica é associada à masculinidade heterossexual, da raça branca e com alto padrão de desenvolvimento econômico, contudo, não é necessariamente a forma de expressão masculina que mais prevalece, mas a que é socialmente aceita (Hooper, 2001, p. 54;56).

De acordo com True (1996),

“(...) hegemonic masculinity is associated with autonomy, sovereignty, objectivity, universalism, the capacity for reason/abstraction, and hegemonic femininity with the absence or absolute lack of these qualities. In this construction, to be masculine is not to be feminine: men are therefore, ‘emasculated’ when shown to embody effeminate/feminine characteristics that are associated with women, the second sex. In more abstract terms, masculine identity is achieved by demonstrating its difference from and superiority to a feminine ‘other’” (True, 1996, p. 213).

Entretanto, a masculinidade hegemônica não diz respeito apenas à relação de hierarquia entre masculinidade e feminilidades subordinadas, mas também à hierarquia desta com as masculinidades subordinadas. Na esteira desse argumento, será possível perceber, ao longo da dissertação, como o estabelecimento da

²⁵ Tickner propõe uma perspectiva não-genderizada para a análise das RI e da política internacional. Apesar de não corroborarmos desta nomenclatura adotada pela autora, entendemos que sua preocupação não está em excluir o gênero das análises, ao contrário, a autora busca o fim da desigualdade de gênero na disciplina.

²⁶ Ver Tickner, 1992; Hooper, 2001; Peterson; Runyan, 2010; Connell, 1987; True, 1996.

masculinidade hegemônica Hutu em Ruanda se contrapõe à Tutsi, considerando, portanto, as masculinidades e feminilidades subordinadas.

As construções hierárquicas binárias opõem a masculinidade à feminilidade por meio da naturalização e cristalização das construções sociais associadas a determinadas características em termos de presença e ausência. Nesse sentido, enquanto a parte masculina seria conectada à racionalidade, dominação, força, a parte feminina seria caracterizada pela ausência dessas. Entretanto, a preocupação em denunciar uma cultura fálica poderia ser igualmente marginalizadora, uma vez que demonstraria apenas a superioridade do masculino sobre o feminino, mas não sobre as masculinidades subordinadas (Hooper, 2001, p.45). Necessário se faz reconhecer que a redução das marginalizações à dicotomia homem/mulher é insuficiente para explicar as relações de desigualdade entre os sujeitos. Além disso, há que se considerar a interseccionalidade²⁷ e a complexa relação entre o corpo, a sexualidade e as construções sociais de gênero.

É importante notar ainda que a masculinidade hegemônica permite transformações, ou seja, o que vem a significar esse tipo ideal pode sofrer alterações aproveitando quaisquer traços que a permitam manter o poder sobre seus subordinados. Porém, mesmo que esteja sujeita a revisões e reinterpretações, ainda deve ser reconhecida como masculinidade ou as divisões genderizadas que sua construção suporta seriam apagadas (Hooper, 2001, p. 61).

Nesse sentido, Hooper afirma:

“Hegemonic masculinity can then be seen not as a fixed set of dominant traits but as a constantly negotiated construct that draws on a pool of available characteristics, which, although they may be mutually contradictory can be put together in different combinations depending on circumstances. (...) Thus, the mix-and-match nature of hegemonic masculinity accounts for its many contradictions, while the overlap in constructions and the incorporation of individual characteristics into gendered dichotomies provide continuity and naturalize “masculinity” as a powerful, timeless, and stable phenomenon” (Hooper, 2001, p.62).

Portanto, a masculinidade hegemônica pode se modificar, uma vez que há espaço para a mudança nas características do que virá a constituir a masculinidade

²⁷ Conceito que visa escrutinar a complexa relação entre raça, gênero, classe, sexo, constitutivos da identidade. A ser trabalhado na próxima seção. Ver ainda Peterson;Runyan, 2010 e Butler, 1993; 1997; 2006, respectivamente.

hegemônica. No entanto, na relação da atribuição destas características com as construções das dicotomias genderizadas, o lugar/função que a masculinidade hegemônica ocupa na ordem social permanece o mesmo.

Necessário se faz ressaltar que o termo gênero, quando inserido nos debates da literatura que lida com esta problemática, não faz referência à diferença biológica entre homens e mulheres, mas a uma série de características, moldadas e definidas culturalmente, associadas à feminilidade e masculinidade, podendo sofrer variações no tempo e espaço. Geralmente, as questões de gênero estão associadas às diferenças e à relação de desigualdade e dominação entre mulheres e homens. Segundo Peterson e Runyan (2010), o gênero “generally refers to the socially learned behaviors, repeated performances, and idealized expectations that are associated with and distinguish between the proscribed gender roles of masculinity and femininity” (p.2).

Nesta dissertação referimo-nos ao gênero como um complexo de práticas que hierarquizam e estruturam sistemas de poder e autoridade. É, portanto, dimensão constitutiva das relações sociais de poder e dominação e delas inextricável (Runyan; Peterson, 2010, p.28)²⁸. Nesse sentido, buscaremos ressaltar as relações complexas que situam os binários feminilidade-masculinidade, considerando não apenas esse dualismo, mas os diferentes eixos de intersecção (como raça, classe, orientação sexual) atrelados a esta dinâmica de marginalização²⁹.

Segundo Joan Scott (1999), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e também uma forma primária de conferir significado às relações de poder (p.42). Scott argumenta ainda que essas relações de poder ganham sentido por meio de conceitos normativos que carregam símbolos e significados e, na cultura ocidental, esses conceitos têm a forma fixa de oposições binárias que, categoricamente, fixam o significado do que é masculino e do que é feminino, legitimando relações sociais desiguais (1999, p. 43).

Tais oposições binárias, como homem/mulher, público/privado, Eu/Outro, objetividade/subjetividade, razão/emoção, ganham significação por meio de discursos

²⁸ Não temos a intenção de fixar uma definição para o termo gênero, mas escrutinar, ainda que tentativamente, as complexas inter-relações que este conceito engendra, demonstrando as construções sociais hierarquizadas e marginalizantes que comporta.

²⁹ Esta ampla rede de intersecções será trabalhada na próxima seção.

disciplinadores. Portanto, há que se destacar a importância da linguagem nas práticas discursivas, uma vez que contribui para moldar a realidade social³⁰. Nestes discursos, em geral, o primeiro termo sempre está associado ao masculino e o segundo termo ao feminino, demonstrando, por meio de construções sociais, a superioridade do primeiro em relação ao segundo.

Contudo, não há nada a-prioristicamente feminino ou masculino; este enquadramento é, visivelmente, contextual. Um exemplo disso é a prática da violência sexual contra os homens na prisão, na qual o comportamento homossexual raramente implica na atribuição de uma identidade homossexual ao perpetrador. Ao contrário, esta se configura como um meio de afirmar poder e masculinidade; nas palavras de Segal, “a man who fucks another male is a double male” (1990, p. 247).

Até mesmo o engajamento no serviço militar pode exemplificar como as práticas sociais são moldadas pelas construções sociais. Apesar de estabelecido como um ambiente próprio para homens, pois apenas esses indivíduos teriam características e, portanto, seriam capazes de permanecer na carreira, é igualmente importante destacar que a passividade, submissão, subordinação (geralmente atreladas ao sujeito feminino) seriam características também relevantes na carreira. Não obstante, a construção de que esta é uma esfera notadamente masculina desconsidera a possibilidade de interpretá-la como feminina. Portanto, não são as ações em si mesmas que determinam o que se configura como particularmente masculino ou feminino, mas suas construções sociais histórica e espacialmente situadas.

Para afastarmo-nos do dualismo puro feminilidade/masculinidade, cumpre notar como a masculinidade cria hierarquias de masculinidades, bem como

³⁰ Nessa dissertação adotaremos a noção de formação discursiva de Foucault – ainda que esta não seja uma dissertação foucaultiana – e entendemos, portanto, que o discurso é parte constitutiva e indissociável da ordem social. Nesse sentido, os discursos – significados atribuídos por meios de construções sociais – constituem práticas, normas, regras e instituições que produzem subjetividades. Buscaremos ressaltar ainda as relações de poder existentes nessa dinâmica, reconhecendo as micro-esferas em que estão presentes, de forma descentralizada e sempre constitutiva das relações sociais. Ressaltaremos que, quando inserido no modelo disciplinar, ele se transforma no biopoder e, assim, a vida torna-se objeto do poder. Ou seja, o poder atua sobre os corpos nas diversas esferas da organização social, revelando a inserção do corpo no campo da política (Foucault, 1982, p.198). Partindo dessas reflexões, Foucault dá corpo à chamada *biopolítica*, ou seja, a inserção da vida natural nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal, fundamental para entender os argumentos avançados nessa dissertação.

desigualdades entre homens e mulheres sem deixar de valorizar as relações de poder. Segundo Peterson e Runyan (2010) as dicotomias genderizadas são usadas como um princípio organizador da vida social e, ao mesmo tempo, produzem diferenças e desigualdades de gênero. Nesse sentido, estas são, particularmente, resilientes e adaptativas, acomodando mudanças no que vem a constituir as formas ideais de feminilidade e masculinidade que sustentem um modelo de valorização masculinista em oposição a outros (2010, p.23). Ressaltamos então que masculinidade e feminilidade são sempre negociadas de acordo com o contexto e o binarismo puro obscurece relações mais complexas, sobreposições e posições intermediárias.

Desse modo, buscaremos corroborar do argumento Hooper (2001), enfatizando a complementaridade entre as abordagens feministas e pós-estruturalistas, uma vez que, por um lado, devemos evitar reforçar as dicotomias de gênero, demonstrando ainda a existência de múltiplas feminilidades e masculinidades, mas, por outro, não simplificar ou ignorar as desigualdades de gênero.

Nesse sentido, argumentamos em favor de uma abordagem de gênero inclusiva, sem pender para nenhum dos lados ao valorizar mais a vitimização de mulheres ou dos homens, reconhecendo ainda que a adoção de diferentes tipos de violência para homens e mulheres está balizada nas construções hierárquicas de masculinidade e feminilidade.

Apesar de reconhecer que tanto homens quanto mulheres sofrem violências baseadas no gênero e escrutinar como diferentes tipos de violência foram adotados para homens e mulheres no genocídio ruandês de 1994, a opção dessa dissertação em conferir foco à violência sexual contra as mulheres não tem caráter exclusivo de solidariedade para com a luta feminista, tampouco busca uma emancipação e empoderamento das mulheres ao custo da marginalização dos homens como grupos monolíticos e opostos. Ao contrário, distanciamo-nos das propostas que têm caráter de soma-zero, argumentando em favor da necessidade, no contexto dos estudos de gênero, do engajamento entre as múltiplas masculinidades e feminilidades (Hebert, 2007; Hooper, 2001).

Dessa maneira, partilhamos da visão do feminismo pós-estruturalista³¹ de que um comprometimento normativo em torno de uma agenda emancipatória comum ao sujeito “mulher” já é, em si, uma prática discriminatória (Steans, 2006). Judith Butler (1993; 1997a; 2006) aponta que este esforço em busca da construção de uma categoria de mulher como estável e coerente reifica as relações desiguais de gênero, apontando que estas reificações seriam contrárias aos próprios preceitos feministas e só seriam possíveis por meio da perpetuação da matriz heterossexual (2006, p. 7). Assim, ao tentar construir uma categoria essencializada de mulher, pretendendo o universal, as feministas acabam reificando as diferenças de gênero. Segundo ela, “(...) in an understandable desire to forge bonds of solidarity, feminist discourse has often relied upon the category of woman as a universal presupposition of cultural experience which, in its universal status, provides a false ontological promise of eventual political solidarity” (1997, p. 406). Em função disso, buscaremos nos engajar com (re)articulações de construções discursivas de feminilidades e masculinidades produtoras de hierarquias que afetam, de forma diferenciada, homens e mulheres.

O objeto de estudo, brevemente apresentado na Introdução, busca articular uma combinação específica entre feminino e masculino que corrobora o lugar do corpo da mulher como espaço de intervenção e subordinação ao controle e atividade de uma masculinidade hegemônica. Mais do que isso, buscaremos escrutinizar a relação disciplinar Estado - indivíduo, demonstrando como o exercício do controle social e as relações de poder se manifestam sobre os corpos dos indivíduos. Nesse sentido, o corpo é instrumentalizado como o lócus das rearticulações identitárias na tentativa de construção de uma comunidade homogênea de forma violenta. Portanto, ainda que nosso foco não resida, especificamente, no sujeito masculino como objeto de disciplinamento, nossa análise contribuirá para elucidar a reificação e naturalização das construções sociais de gênero.

³¹ Nesta dissertação aproximamo-nos mais dos argumentos do feminismo pós-estruturalista, entretanto, os argumentos aqui desenvolvidos não estão esgotados nessa abordagem, muitas vezes havendo combinações entre outras abordagens. Referimo-nos aos pós-estruturalistas como pós-positivistas que se identificam com a construção social e com a interpretação Foucaultiana do nexo entre poder e conhecimento operando por meio da linguagem e das práticas discursivas.

É notório que a violência sexual também foi perpetrada contra homens e meninos como no caso da antiga Iugoslávia³² e, até mesmo, em Ruanda³³. Contudo, o escopo desta dissertação se destina à análise do caso das violências sexuais cometidas contra mulheres e meninas ruandesas, em particular, do grupo Tutsi. Esta escolha leva em consideração o fato de que apesar de haver este tipo de prática contra meninos e homens, ela não ocorreu de maneira sistemática e em larga escala, sendo patrocinada pelo governo como no caso das mulheres (HRW, 1996; Des Forges, 1999).

Interessa-nos ainda salientar, por meio da análise pautada na violência sexual³⁴, que nem todas as mulheres são vítimas, muitas se engajaram no ideal do extermínio e colaboraram com tais métodos discriminatórios (Bos, 2006; Alison, 2007). Daí esta necessidade de examinar os diferentes casos e não tomar como natural que todas as mulheres sejam vítimas³⁵. Pode-se argumentar ainda em favor dos homens como vítimas desse processo de marginalização, ainda que de forma indireta, uma vez que muitos homens e meninos testemunharam crimes de violência sexual contra suas esposas, mães, filhas, irmãs, avós, culminando em traumas psicológicos graves. Portanto, consideraremos ainda a violência sexual indireta, na qual os indivíduos foram coagidos a participar, pelos perpetradores, como observadores ou atuantes, dos crimes de violência sexual.

Desse modo, a abordagem desta dissertação está inserida no âmbito do chamado Terceiro Debate e se enquadra na perspectiva pós-positivista³⁶ da disciplina de Relações Internacionais, que salienta a importância da problematização das construções ligadas à identidade e à cultura, ressaltando que estas não devem ser tratadas como fixas ou pré-dadas. Ademais, uma vez que estamos lidando com

³² Nesse sentido ver Allen, 1996.

³³ Ver de Brouwer; Ka Hon Chu; Muscati, 2009.

³⁴ O termo violência sexual pode se referir a diferentes violações, incluindo estupro, mutilação sexual, humilhação sexual, prostituição ou escravidão sexual e gravidez forçada, de forma sistemática com o intuito de humilhar, denegrir, destruir, física e/ou psicologicamente, a vítima (United Nations Department of Economic and Social Affairs/Division for the Advancement of Women. *Women2000: Sexual Violence and Armed Conflict: United Nations Response*, DESA/DAW, 1998). Disponível em: < <http://www.un.org/womenwatch/daw/public/cover.pdf>>. Acesso em 12 ago 2010.

³⁵ Vide o caso de Pauline Nyiramasuhuko, ministra da família e dos assuntos da mulher (National Minister of Family and Women's Affairs), que comandava milícias para estuprar as mulheres antes de matá-las e usava o estupro como forma de recompensar os soldados pelas mortes (Weitsman, 2008).

³⁶ É importante ressaltar que dentro da perspectiva pós-positivista existem diversas abordagens que divergem bastante entre si, no entanto, partilham a crítica aos limites das teorias tradicionais de Relações Internacionais com relação à produção de conhecimento.

questões de identidade³⁷ e construções sociais que atuam constitutivamente, moldando a realidade, é necessário destacar a complexa inter-relação entre gênero e identidade, visto que o primeiro termo não pode ser dissociado do segundo. Portanto, a discussão sobre identidade implica, necessariamente, uma análise sobre relações de gênero e interseccionalidade.

2.2 Gênero e Identidade

Como já enunciamos anteriormente, a falha em reconhecer o caráter relacional, discursivo e contingente das identidades dificultava o entendimento das dinâmicas dos conflitos identitários, tratando-as como elementos pré-dados ou estáveis, não valorizando o elemento de construção social (Lapid, 1996). Contudo, a partir das contribuições mais críticas da disciplina de RI, a identidade passa a ser teorizada como um processo político, performativo, contingente e anti-essencialista, desconstruindo qualquer possibilidade de fundação prévia que a determine. Nesse âmbito, Campbell destaca que “the problematic of identity/difference contains (...) no foundations which are prior to, or outside of, its operation” (Campbell, 1992, p. 8). Com isso, inferimos que a formação da identidade se dá por meio de performances e só é constituído no próprio processo de relação entre os significantes. Consoante Campbell,

“Identity is an inescapable dimension of being. No body could be without it. Inescapable as it is, identity – whether personal or collective – is not fixed by nature, given by God, or planned by intentional behavior. Rather, identity is constituted in relation to difference. (...) Whether we are talking of ‘the body’ or ‘the state’, or particular bodies and states, the identity of each is performatively constituted” (Campbell, 1992, p. 8).

Por conseguinte, não há uma essência originária que confira ao corpo, gênero ou sexo uma qualidade naturalizada, desconectada de sua constituição performativa³⁸.

³⁷ Nessa dissertação, adotaremos a noção de identidade (como um reconhecimento de si, auto-identificação; uma prática de afiliar-se a determinadas características estratégica e politicamente) como algo contingente, contextual e flexível, argumentando pela impossibilidade de estabelecer qualquer suposta essência ou características estabilizadas do sujeito.

³⁸ A performatividade significa compreender a identidade como algo que não possui nenhum status ontológico exterior ao processo de repetição dos atos que constituem sua realidade. É por meio da

Ressaltamos ainda que toda identidade é necessariamente informada e está imbricada na dinâmica de gênero. Portanto, o gênero não deve ser visto como uma variável. De acordo com Jill Steans (2006),

“(...) employing gender as a variable missed the point somewhat, since gender was not simply the attribute of the person (...), but a social relationship. Gender cannot be viewed as a variable, because ‘no one is out of gender’. To study gender in IR was, then, to look at ‘analytically and imaginatively the who, how and why of power in the international context’” (Steans, 2006, p.140).

Na esteira desse argumento, é importante perceber que homens e mulheres são construídos de forma diferente, associados às expectativas e percepções de gênero socialmente definidas. Assim, “one is not born a woman, but rather becomes one” (de Beauvoir, 1973 apud Butler, 2006, p. 11), uma vez que o gênero é constituído por uma série de relações e não um atributo individual. Ou seja, ele não é dado a-prioristicamente, mas depende de um processo de construção de significados e constante repetição, estabilizando determinado padrão. Destarte, o gênero se constitui relacionalmente e é produzido discursivamente, estabilizando significados e cristalizando-os de modo a legitimar referenciais simbólicos que orientam a ordem social.

Judith Butler afirma que o gênero é uma identidade constituída, tenuamente, no tempo por meio de uma repetição estilizada de atos (1997a, p.402). A autora, portanto, insere a noção de performatividade³⁹ para demonstrar a interação entre gênero, sexo e corpo, desmitificando a essência interna do gênero e demonstrando que essa suposta essência é fabricada por uma série de atos que se afirmam por meio da estilização genderizada do corpo (Butler, 2006, prefácio(1999), p. xv). Segundo Butler, “performativity is not a singular act, but a repetition and a ritual, which achieves its effects through its naturalization in the context of a body, understood, in part, as a culturally sustained temporal duration” (Idem) e é justamente essa noção que permite a possibilidade de contestar seu status reificado (Butler, 1997a, p. 402).

repetição destes atos que são atribuídos códigos que normalizam determinada característica, categorizando-a como normal, anormal, desejável, indesejável, dentro de uma matriz heterossexual (Butler, 1997; 2006; Campbell, 1998, p. 9).

³⁹ Butler insere a noção de *performance* a partir dos postulados de J. L. Austin e, posteriormente, de J. R. Searle acerca da performatividade da linguagem e dos atos de fala e ainda da leitura feita por Derrida de Franz Kafka em “Before the Law”.

Ao inserir a noção de gênero como um ato performativo, Butler (1997a) busca argumentar que o corpo e o gênero não são, necessariamente, correspondentes. Assim, ela reconhece a possibilidade dos indivíduos alterarem seus próprios corpos para reparar a relação de incompatibilidade entre o Eu e o corpo, ultrapassando as barreiras de gênero como são entendidas convencionalmente (Conboy, Medina e Stanbury, 1997, p.7). Nesse sentido, Butler não só desafia o caráter fixo da identificação com o gênero, mas também a preservação de pressupostos heterossexistas.

Ao se basear no pensamento de Foucault, Butler afirma que a heterossexualidade compulsória é reproduzida e ocultada por meio de uma noção fictícia de que os corpos apresentam sexos e disposições ‘naturais’ à heterossexualidade (1997a, p. 408). Na verdade, essa matriz heterossexual é (re)produzida por meio de binários que categorizam feminino e masculino em pólos opostos e que reificam estes mesmos como parte constitutiva da dinâmica de gênero.

Nesse tocante, Butler explica, na passagem abaixo, como ocorre a naturalização e cristalização do sexo e as marginalizações que estes referenciais simbólicos/ficções sociais podem trazer para a dinâmica das relações de gênero.

“Consider that there is a sedimentation of gender norms that produces the peculiar phenomenon of a natural sex, or a real woman, or any number of prevalent and compelling social fictions, and that this is a sedimentation that over time has produced a set of corporeal styles which, in reified form, appear as the natural configuration of bodies into sexes which exist in a binary relation to one another” (Butler, 1997a, p. 407).

Os sujeitos femininos/masculinos, portanto, não têm nenhum significado fora das construções sociais atribuídas a estes. Existe um caráter relacional entre o sexo biológico, anatômico, a identidade de gênero e a performance de gênero. O sexo não pode ser dissociado das construções sociais de gênero, uma vez que as características físicas, biológicas e as construções sociais atreladas a elas moldam o sujeito. Assim, não é possível falar, a-prioristicamente, de uma suposta classificação do sujeito em categorias fechadas, uma vez que a noção de gênero impinge sobre a noção de sexo.

Ao tornar-se feminino, o sujeito compele o corpo a agir em conformidade com os construtos culturais, materializando-se em obediência às possibilidades

delimitadas culturalmente. Por esse motivo, segundo Butler (1997), a performance de gênero pode ser vista como uma estratégia de sobrevivência, já que aqueles que agem em conformidade com a matriz heterossexual estariam livres de punições, enquanto “those who fail to perform their gender right are regularly punished” (Butler, 1997a, p. 405, ênfase minha).

Destacamos que o corpo é o lugar onde as diferenças estão inscritas, assim, corpos são genderizados, racializados, culturalizados e sexualizados, tornando latentes corpos que foram silenciados (Butler, 1993; Pettman, 1997). Conforme argumenta Rosi Braidotti,

“In the feminist framework, the primary site of location is the body. The subject is not an abstract entity, but rather a material embodied one. The body is not a natural thing; on the contrary, it is a culturally coded socialised entity. Far from being an essentialist notion, it is the site of intersection between the biological, the social, and the linguistic” (Braidotti, 1994, p. 238).

Ainda neste âmbito, Conboy, Medina e Stanbury (1997, p.1) argumentam que há uma tensão entre as experiências corpóreas e os significados culturais inscritos nos corpos, que sempre mediam essas experiências. A interpretação que se tem de um corpo de mulher, por exemplo, é mediada pelos construtos sociais e pelas normas regulatórias que vão conferir materialidade a determinado corpo, categorizando-o como um corpo de mulher. Portanto, as autoras afirmam que a atribuição de certas características ao corpo feminino tidas como naturais - como cinturas e pés pequenos, cabelos e seios grandes - são asseguradas pelo uso de corpetes, números de sapato menores, implante de cabelo e silicone, moldando o que tomamos como natural. Dessa forma, a atribuição do sexo ao corpo está permeada por práticas regulatórias complexas atribuídas como naturais, mas que são, em efeito, simbólicas e socialmente construídas.

Cumprе salientar que os debates acerca da separação ou não entre gênero como algo socialmente construído e sexo como naturalmente dado são objeto de escrutínio entre os teóricos da área. Carpenter (2002) faz uma distinção baseada em fatos brutos e sociais para explicar como a relação sexo-gênero se constitui. A autora

afirma que o material e o ideacional se inter-relacionam, mas que esta distinção é importante, uma vez que o material seria *objetivamente real* (p.164, ênfase minha).

De acordo com a autora,

“(...) It is an empirical fact that human beings are divided into roughly two categories based on biological roles and reproduction; this would still be true whether gender ideologies that assign social importance to this distinction exist or not. The existence and nature of those gender ideologies are separate from the sheer physiology of humans; gender ideologies, institutions and identities built on them are social facts” (Carpenter, 2002, p.164).

Em resposta ao posicionamento de Carpenter, Helen Kinsella (2003)⁴⁰ argumenta que o próprio entendimento do sexo como um fato é, em si mesmo, um conceito cultural. Assim, a insistência em uma definição de sexo e gênero como se suas concepções já estivessem estabelecidas, como categorias empíricas, obscurece as relações entre poder e política que produzem, distinguem e regulam os conceitos (p.296). Portanto, gênero e sexo não possuem um significado “real” ou estável, mas são constituídos por meio de relações de poder que atribuem significados contextuais e a própria estabilização desta concepção é, em si, uma prática política.

Destarte, buscamos avançar o argumento de que o gênero deve ser visto como algo constantemente (re)negociado no engajamento com nosso corpo físico e com as práticas sociais, permeado por uma rede de relações de poder em determinado contexto. Portanto, o trinômio gênero-sexo-corpo vai além do mero discurso, mas, ao mesmo tempo, é mediado e constituído por ele.

Desse modo, não é apenas algo material, dado natural ou biologicamente, nem algo essencialmente discursivo. Entendemos, então, que o discurso sustenta, por meio de referenciais simbólicos, a materialidade conferida ao sexo (Butler, 1993, p. 16). Assim, o corpo é lido com base nessas categorias de sexo construídas a partir da matriz heterossexual, ganhando materialidade justamente por meio de um processo de identificação com essas categorias estabilizadas de sexo.

“The body as used, the body I am, is a social body that has taken on meanings rather than conferred them....The physical sense of maleness is not a simple thing. It involves size and shape, habits of posture and movement, particular physical skills and the lack of others, the

⁴⁰ Ver Gender and International Relations (The Forum) em *International Studies Review*, v. 5, n.2, 2003.

image of one's own body, the way it is presented to other people and the ways they respond to it, the way it operates at work and in sexual relations. In no sense is this all a consequence of XY chromosomes, or even of the possession on which discussions of masculinity have so lovingly dwelt, the penis. The physical sense of maleness grows through a personal history of social practice, a life-history-in-society....The social definition of men as holders of power is translated not only into mental body-images and fantasies, but into muscles tensions, posture, feel and texture of the body....We may say then that the practical transformation of the body in the social structure of gender is not only accomplished at the level of symbolism. It has physical effects on the body; the incorporation is a material one (Connell, 1987 apud Hooper, 2001, p. 34-35).

Em *Bodies that Matter* (1993), Butler demonstra que as normas regulatórias do sexo trabalham, de forma performática, para materializar o sexo do corpo e a diferença sexual, a serviço da consolidação da heterossexualidade compulsória⁴¹. Sexo não é apenas o que um indivíduo possui ou uma descrição estática do que este indivíduo é; o sexo será uma das normas pelas quais esse indivíduo se tornará viável, que o qualificará como um “corpo que importa”⁴² (Butler, 1993, p. 2;16).

Conforme observa Kinsella,

“(...) the determination of sex is a process of construction within a social reality that is already gendered and does not result in the rejection of the materiality of bodies. Instead, understanding this process leads to questions concerning how sex and gender operate to create the reality through which bodies materialize as sexed, as sexualized, as raced, as objects of knowledge and subjects of power” (Kinsella, 2003, p. 296)

Dessa forma, sexo, corpo e gênero estão permeados por relações de poder que são naturalizadas por meio de performances e, portanto, a interpretação que é feita deles depende, em grande medida, das normas regulatórias presentes em determinada sociedade. Por conseguinte, não há nada capaz de atribuir, fundacionalmente, uma identidade sem que se considere a inter-relação entre os fatores que a constituem e que dela são constituídos, pois o gênero não é um atributo individual de cada um, mas um produto(r) das coletividades histórico-sociais-discursivas. Essa abordagem é

⁴¹ Segundo Butler (1993), estes atos performáticos envolvem experiência compartilhada e ação coletiva. O fato de os indivíduos representarem o gênero de acordo com o sexo não se baseia no entendimento dele próprio, apesar de poder fazê-lo, mas, raramente, isso é original, esse indivíduo sempre possui um referencial. Assim, essa “realidade” é (re)produzida, mantendo o gênero na sua forma binária, Butler então tece uma crítica à heterossexualidade compulsória. Dessa forma, afirma Butler, (...) just as a script may be enacted in various ways, and just as the play requires both text and interpretation, so the gendered body acts its part in a culturally restricted corporeal space and enacts interpretations within the confines of already existing directives” (1997a, p. 410).

⁴² Do original “*body that matter*”.

caracterizada por Hooper (2001, p.35) como multidimensional, em que há a incorporação de outros contornos da identidade – como raça, classe, nacionalidade, orientação sexual – e um reconhecimento da importância do contexto cultural na teorização da identidade genderizada⁴³.

A referida abordagem é introduzida nos estudos de gênero pelas feministas negras americanas, que não se viam representadas pelo feminismo ocidental – em grande medida, baseado nas experiências das mulheres brancas, ocidentais de classe média – sob o conceito da análise interseccional⁴⁴.

A inserção deste conceito busca dar conta da diversidade e complexidade da formação da identidade. Não haveria mulheres ou homens de forma geral, construídos como categorias claras e estáveis. As identidades de gênero, interesses e oportunidades seriam afetadas por intersecções de gêneros, raças, classes, nacionalidades e identidades sexuais transversais (Peterson; Runyan, 2010, p.7).

Peterson e Runyan fazem importantes considerações acerca da interseccionalidade, segundo elas,

“(...) women and men have multiple identities simultaneously, describing themselves or being described not only by gender but also by race, class, sexual, and national markers; (...) these identity markers, however, are not just additive, merely descriptive, or politically or socially neutral, some parts of our identities carry privilege and others do not; (...) different parts of our identities become politically salient at different times; (...) the kind of masculinity or femininity one is assumed to have rests on the meanings given to one’s race, class, sexuality, and nationality” (Peterson; Runyan, 2010, p. 24-25).

A inserção da análise interseccional é fundamental para o tema dessa pesquisa, visto que trata do processo de constituição das identidades e da perpetração de práticas discriminatórias que estão baseadas nas construções sociais de feminilidade e masculinidade em conjunto com outros contornos da identidade. Especialmente, no que tange à impossibilidade de neutralidade desses marcadores identitários, uma vez que, como retratado pelas autoras, algumas características da identidade são privilegiadas em detrimento de outras de acordo com a variação

⁴³ Do original “*gender identity*”. Este termo não tem qualquer pretensão em argumentar a favor da existência de uma identidade *de* gênero. Seu uso deve ser entendido dentro do arcabouço que sustenta a dinâmica de gênero na constituição de determinada identidade, sempre permeada por relações de poder que atribuem seus significados e pela interseccionalidade.

⁴⁴ Do original “*intersectional analysis*”.

contextual. Essa consideração será de fundamental importância para a análise do próximo capítulo que escrutinará como a politização das identidades ocorre na prática.

Nesta análise, destacaremos o gênero como algo fluido, dependente da relação entre o corpo biológico, as outras dimensões da identidade (raça, classe, orientação sexual), as instituições, e as construções sociais que moldam e são moldadas pela inter-relação destes elementos. Ou seja, gênero é uma dimensão constitutiva da identidade – e articulada a outras – que define relacionalmente quem são os sujeitos, seus papéis sociais e, conseqüentemente, as formas de comportamento e regras de adequação legítimas.

As diferenças de gênero são produzidas, tipicamente, na forma de dicotomias que não só opõe masculinidade e feminilidade, como também traduzem essa diferenciação em hierarquias de gênero. Conforme sustentam Peterson e Runyan, a discussão de gênero é sobre poder e o poder é genderizado⁴⁵ (2010, p. 10-11). Ademais, uma vez que as sociedades atribuem diferentes valores à feminilidade e masculinidade, o gênero é também a base para relações de desigualdade entre homens e mulheres (Idem, p.9).

De acordo com as autoras,

“Gendering operates to set up and reinforce dualistic, dichotomous, or either-or thinking, but is also fosters hierarchical thinking in which those people and objects assigned masculine qualities are valued or given power over those assigned feminine qualities” (Peterson; Runyan, 2010, p. 3).

Peterson e Runyan (2010) afirmam que a valorização das características masculinas depende da desvalorização das femininas, reconhecendo sua interdependência. As autoras argumentam ainda que não só as mulheres são desvalorizadas, mas todos os sujeitos que apresentam estas características supostamente femininas, como os gays afeminados (p.77), reconhecendo que há uma hierarquização das dicotomias de gênero e que o lado feminino é desvalorizado. No

⁴⁵ Peterson e Runyan sugerem o adjetivo genderizado, buscando enfatizar a complexidade e interseccionalidade, demonstrando que o gênero está sempre permeado por outros eixos de diferença, que ultrapassam a dicotomia masculino-feminino (Peterson; Runyan, 2010, p. 32).

entanto, cumpre destacar que não só as minorias feminilizadas são marginalizadas, mas todas as minorias sexuais, visto que, por exemplo, uma lésbica masculinizada também pode sofrer marginalizações. Argumentamos então que não é a feminilidade a causa da marginalização, mas o suposto desvio da matriz heterossexual.

É importante destacar que este mapeamento das contribuições da literatura de gênero tem como objetivo contextualizar e situar onde se encontra nossa pesquisa. Contudo, ressaltamos que apesar de corroborarmos das premissas de Butler acerca da performatividade, da construção discursiva do sexo e do corpo e de reconhecermos o poder das normas regulatórias que estão balizadas em uma matriz heterossexual, nosso objeto de estudo nos direciona para questões que envolvem uma atenção aos estudos de gênero de forma mais convencional. Portanto, essa dissertação não tratará, especificamente, das minorias sexuais – lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou queer –, mas está focalizada na opressão das mulheres.

A representação da mulher como passiva, emocional, subordinada está baseada em construções sociais, visões estereotipadas do que pode vir a constituir o sujeito feminino. Entretanto, a oposição destas características supostamente femininas com outras supostamente masculinas – como agressividade, razão, autonomia – constroem uma associação da mulher com um sujeito naturalmente vitimizado. Na verdade, o próprio atrelamento das primeiras características como negativas e das outras como positivas já constitui uma marginalização, uma concepção ocidentalizada, uma vez que em contextos diferentes a passividade e subordinação podem ser valorizadas e as próprias mulheres podem se identificar com essas características como positivas. Segundo Peterson e Runyan, os estereótipos não só conferem uma caracterização negativa aos grupos, mas também homogeneízam, apagando todas as diferenças e complexidades existentes não só entre os grupos como dentro deles (2010, p. 47). Assim, a interseccionalidade desestabiliza a concepção essencializada da mulher, reconhecendo os sujeitos complexos e híbridos.

Denise Riley (1988) ressalta esta mobilidade das identidades, argumentando que os indivíduos podem adotar quaisquer múltiplas identidades mais aplicáveis ou usuais a determinado contexto, desestabilizando a possibilidade de uma identidade estável. Ao mesmo tempo, ressalta que esta mobilidade não significa estar imerso em

uma constante indeterminação. A autora, portanto, reconhece a importância do discurso e das construções sociais baseadas no gênero na formação da identidade, mas também leva em consideração o contexto histórico, as instituições⁴⁶ e a interseccionalidade.

Susan Bordo (1989) segue a mesma linha de argumentação, valorizando o poder produzido e as práticas institucionais no controle do corpo dos indivíduos. Segundo a autora, o corpo é uma forma simbólica poderosa, uma superfície na qual regras, hierarquias e até comprometimentos metafísicos de uma cultura estão inscritos e, portanto, reforçados por meio da linguagem do corpo (1989, p. 13, tradução livre). Nas palavras da autora,

“(...) Within Foucault’s understandings of the ways in which the body is produced through specific historical practices, discourse is not foundational but is, rather, one of the many interrelated modes by which power is made manifest. Equally, if not more important for him are the institutional and everyday practices by means of which our experience of the body is organized” (Bordo, 1993, p. 291).

Crenshaw (1997) argumenta em favor da intersecção entre as múltiplas identidades, se afastando da concepção dessas como identidades concorrentes (p. 180). Nesse sentido, corroboramos o argumento da autora, contudo, argumentamos ainda em favor de uma concepção mais abrangente, buscando ressaltar a mobilidade dessas identidades sob o conceito de subjetividades móveis. Por conseguinte, classe, raça e gênero não são descobertos e sim constituídos socialmente, e é exatamente sua constituição que confere potencial político e transformador à identidade, uma vez que a escolha em habitar determinada identidade não é neutra (Ferguson, 1993; Hooper, 2001; Peterson; Runyan, 2010).

Na esteira desse argumento, Ferguson (1993) introduz o conceito de subjetividades móveis⁴⁷, afirmando que esse suporta certo grau de fluidez, mas também não é infinitamente elástico e depende de experiências compartilhadas. Além disso, a concepção de subjetividades móveis enfatiza o afastamento de noções essencializadas ou fixas, capturando a noção de um sujeito andante, nômade, que

⁴⁶ Como instituições consideraremos a família, a economia, o Estado.

⁴⁷ Do original “*Mobile Subjectivities*”.

perpassa múltiplas e complexas identidades (identificações) numa constante contingência. Assim, a opção pelo termo *mobile* no lugar de *multiple* busca evitar a implicação de movimento de uma categoria estável para outra, e ainda problematizar os contornos dessa estabilização.

“(...) mobile subjectivities are temporal, moving across and along axes of power (which are themselves in motion) without fully residing them. They are relational, produced through shifting yet enduring encounters and connections, never fully captured by them. They are ambiguous: messy and multiple, unstable but persevering. They are ironic, attentive to the manyess of things. They respect the local, tend toward the specific, but without eliminating the cosmopolitan. They are politically difficult in their refusal to stick consistently to one stable identity claim; yet they are politically advantageous because they are less pressed to police their own boundaries, more able to negotiate respectfully with contentious others” (Ferguson, 1993, p. 154).

Estas subjetividades móveis são, ao mesmo tempo, produtos e produtores das práticas discursivas e institucionais. Nesse sentido, as identidades são relacionais, contextuais e flexíveis. A partir disso, as abordagens mais críticas de RI buscam sair de categorias estáticas, enfatizando o aspecto processual de construção social que vão moldar as identidades e o significado social dos sujeitos e das práticas atreladas a estes.

Roxanne Doty (1993) argumenta que as questões de raça e identidade estão claramente ligadas às práticas de exclusão e poder, que funcionam como fronteiras artificiais separando Eu e Outro, identidade e diferença, dentro e fora (p. 449; 451). Portanto, Doty propõe que se reconheça a natureza socialmente construída dessas categorizações, enfatizando a contingência e o *locus* social, político e discursivo em que questões de identidade e diferença são discutidas (p. 450; 453).

Com efeito, é importante reconhecer que a identidade não deve ser compreendida como uma essência do sujeito, e sim de forma performática, que visa estabilizar um significado espaço-temporal. Portanto, há que se destacar o papel do discurso na constituição de uma determinada realidade em que ganham corpo práticas arbitrárias de poder e marginalização.

Destarte, a identidade é, simultaneamente, uma prática e um efeito e está sempre em processo de ser escrito ou construído. Identidade e diferença não são termos mutuamente excludentes; na verdade, identidade sempre carrega o espectro da

não-identidade (Doty, 1993, p. 453), ou seja, um termo só existe em relação ao outro, eles são interdependentes. Uma vez que não existe a suposta primazia de um termo sobre o outro, esta seria então uma construção, revelando que a idéia de inferioridade atribuída ao Outro não é natural, mas estabelecida por meio de práticas de significação e fronteiras arbitrárias, que permitem a formação de uma alteridade radical, culminando em práticas violentas de eliminação (p. 454-455).

Desse modo, destacamos que essas oposições binárias são constitutivas da realidade social e servem para moldar o processo de construção das identidades. Assim, estas construções são permeadas por uma série de relações complexas que envolvem a construção discursiva genderizada da identidade, a atribuição e cristalização de significados, o poder institucionalizado e o corpo dos indivíduos, permitindo a polarização das diferenças, a estabilização de uma hierarquia entre elas e a posterior prática discriminatória.

Liisa Malkki (1995) enfatiza como essa objetificação categórica dos Tutsis como Outro e como inimigo permite a demonização e desumanização destes, resgatadas nas mítico-narrativas. A autora ressalta ainda que esta categorização e posterior cristalização ocorre por meio de um processo de separação e oposição. Assim, a construção destes enquanto opostos só é possível se considerados juntos, ou seja, um termo depende do outro para existir (p. 72).

As considerações acerca da construção social de gênero, da performatividade dos discursos e da desnaturalização das oposições binárias são importantes na medida em que contribuem imensamente para compreender o caso em análise. Nesse sentido, buscaremos evidenciar como a construção social de gênero e a associação desta com os discursos que retratavam a mulher Tutsi como superior e inatingível, permitiram a seleção de um tipo específico de violência, a saber, a violência sexual.

As vítimas destas práticas, freqüentemente, ouviam frases que demonstravam essa construção durante a perpetração.

“‘We want to see how sweet Tutsi women are’; or ‘You Tutsi women think that you are too good for us’; or ‘We want to see if a Tutsi woman is like a Hutu woman’. (...) When asked why rape was so widespread, one Rwandan woman who works with a nongovernmental organization in Kigali said, ‘Hutu men wanted to know Tutsi women, to have sex with them. Tutsi women were supposed to be special sexually’. Other women noted that their attackers said, ‘You Tutsi girls are too proud’, apparently setting the stage for their degradation. The

propaganda fueled the ethnic and gender stereotypes, leading people to believe that ‘Hutu women were made for work, to be servants’. She continued: ‘Tutsi women were made for sexuality and beauty, for royal courts. That’s how we were educated. People from the north, where there were few Tutsi, wanted to take Tutsi as mistresses because they were forbidden to have them. Tutsi women were seen as spies because they know how to present themselves to whites and to Hutu men, so they became an arm of the RPF. Hutu understood the propaganda’” (HRW, 1996, p. 13-14).

Com base nesses discursos, ocorre a construção e polarização das identidades Tutsi e Hutu como opostas e hierárquicas, culminando no que chamaremos de política do corpo, a ser escrutinizada na próxima seção.

2.3

Identificando a relação entre o corpo político e a política do corpo

Esta seção buscará elucidar a tentativa de formação de uma comunidade homogênea e o papel do Estado nessa construção, dando forma, por meio de relações de poder e políticas de violência baseadas nas relações de gênero, ao que chamaremos de política do corpo.

O projeto de construção estatal está amplamente associado às práticas culturais de representação e valores compartilhados por determinada comunidade. Nesse sentido, configura-se como um artefato cultural representado e moldado por práticas discursivas, formando uma comunidade política imaginada (Anderson, [1983] 1991). Nas palavras de Campbell,

“(...) states are never finished identities; the tension between the demands of identity and the practices that constitute it can never be fully resolved, because the performative nature of identity can never be fully revealed. This paradox inherent to their being renders states in permanent need of reproduction: with no ontological status apart from the many and varied practices that constitute their reality, states are (and have to be) always in a process of becoming” (1992, p. 11).

Por serem constituídos performaticamente, a formação estatal demanda a delimitação de pertencentes e dissidentes. Buscaremos enfatizar como o moderno sistema de Estados contribui para legitimar práticas de exclusão do Outro. Ao tomar o princípio da soberania como condição fundamental, este modelo de organização permite e encoraja a distinção constitutiva entre duas formas de pensar a vida política: o *inside* e o *outside*. O *inside* representaria a presença da comunidade política estatal,

já o *outside* representa o caos, a anarquia e a esfera da ausência da política (Walker, 1993). A partir dessa lógica é possível entender o emprego de práticas de marginalização da diferença, visto que tanto a diferença externa quanto a interna serão alvos das mesmas práticas discriminatórias, pois o pertencimento é demarcado por meio de fronteiras simbólicas e não apenas territoriais.

A inserção das lentes de gênero é fundamental na análise, uma vez que a própria constituição do Estado é permeada por construções genderizadas e, desse modo, segundo Anne McClintock (1997), as relações de poder e as tecnologias da violência afetam politicamente os indivíduos. A autora ressalta, então, que todos os nacionalismos são genderizados, inventados e perigosos, uma vez que,

“(...) as systems of cultural representation whereby people come to imagine a shared experience of identification with an extended community, they are historical practices through which social difference is both invented and performed. Nationalism becomes in this way constitutive of people’s identities through social contests that are frequently violent and always gendered” (McClintock, 1997, p. 89).

Sobre a relação entre violência, gênero e identidade nacional, Jean Elshtain (1995) [1987] trabalha os referenciais simbólicos genderizados com a inserção de uma concepção das mulheres como *almas belas* e dos homens como *guerreiros justos*⁴⁸. Segundo ela, em tempos de guerra esses referenciais são exacerbados; os homens desempenham o papel de defensores da nação, se envolvendo na violência dos conflitos, enquanto as mulheres, construídas como não-combatentes e pacíficas, precisariam de proteção.

Thus, in time of war, real men and women – locked in a dense symbiosis, perceived as beings who have complementary needs and exemplify gender-specific virtues – take on, in cultural memory and narrative, the personas of Just Warriors and Beautiful Souls. Man construed as violent, whether eagerly and inevitably or reluctantly and tragically; woman as nonviolent, offering succor and compassion: these tropes on the social identities of men and women, past and present, do not denote what men and women *really* are in time of war, but function instead to re-create and secure women’s location as noncombatants and men’s as warriors (Elshtain, 1995, p.4, ênfase no original).

⁴⁸ Do original “*Beautiful Souls and Just Warriors*”. A autora se baseia em Hegel ao caracterizar as almas belas. Nesse sentido ver Elshtain (1995).

O termo “*almas belas*” representaria ainda a pureza e inocência das mulheres. Note-se, entretanto que, no estudo de caso em análise, apenas as mulheres Hutus eram caracterizadas dessa forma, as Tutsis eram associadas ao papel de espãs da FPR⁴⁹. Todavia, é importante ressaltar que muitas mulheres Hutus se engajaram no ideal do genocídio e também cometeram muitos assassinatos e, portanto, esta associação natural com a paz também foi socialmente construída no caso de Ruanda, como demonstraremos no próximo capítulo.

Nesse sentido, por meio das construções sociais genderizadas, as mulheres são destituídas da capacidade de agência, uma vez que seriam altamente dependentes dos heróis da nação. Nessa associação, a hierarquização dos papéis se torna clara, os homens defenderiam o corpo político da nação demonstrando sua superioridade perante as mulheres. Segundo Cynthia Enloe (2007),

“In any patriarchal society, the protectors are deemed to be the natural controllers of the protected not merely because they are stronger than the protected but because they are (allegedly) smarter (...). For the protectors to wield this public superiority, there must be a certain constructed ‘protected’. The protected is the person who is not at ease at the public sphere. The protected natural habitat is the domestic sphere – that is, the sphere of life where caring matters more than strategizing. Consequently, the protected is feminized insofar as the protected needs somebody who can think strategically and act in her (protected’s) best interests” (Enloe, 2007, p. 60-61).

Pode-se ainda argumentar em favor de uma contraposição entre o corpo dos homens, fisicamente capazes por meio da força e violência e o corpo das mulheres como frágil e delicado. Tal concepção, construída socialmente, influenciaria na adoção de diferentes tipos de violência selecionados para homens e mulheres.

Portanto, uma vez que a formação estatal é constituída por discursos genderizados, podemos afirmar que existe a relação necessária entre o corpo político do Estado e a política do corpo, relação essa constitutiva da forma tipicamente moderna de formação e reprodução das comunidades, i.e., Estado-nação.

As construções dicotômicas de feminilidade e masculinidade como opostos hierárquicos estão presentes na analogia do corpo político da nação ao sujeito feminino, que deve ser protegido pelos heróis da nação, os homens, guerreiros justos

⁴⁹ Rwandese Patriotic Front, grupo armado formado pelos tutsis egressos do país.

construídos como defensores do corpo estatal. Nesse sentido, a mulher é vista como a mãe da nação, que necessita de proteção e cuidados, uma vez que é vulnerável.

Areladas também ao papel de representante da comunidade e de reprodutora de determinada identidade, as mulheres representam, simbolicamente, a nação, mas são destituídas da capacidade de agência (McClintock, 1997, p. 90). Por esse motivo, são alvos de ataques em conflitos violentos, servindo ainda como uma espécie de advertência aos homens do grupo-alvo de que estes não foram capazes de defender sua 'propriedade'. Já os homens, devido à força física e ao papel de combatentes, são alvos de práticas violentas que visam o extermínio. Necessário se faz elucidar que as construções sociais de masculinidade e feminilidade combinadas com a identidade do grupo-alvo influenciam, em grande medida, o tipo de violência a ser adotado em cada caso.

Dessa forma, enquanto os homens e meninos – geralmente associados à força, à política, ao militarismo – serão alvos de massacres e assassinatos, as mulheres e meninas – geralmente associadas ao lar, à maternidade, à fragilidade – serão as principais vítimas de violência sexual. Essas marginalizações baseiam-se em práticas predatórias calcadas em construções sociais, nas quais o aparato estatal é utilizado para mapear o grupo-alvo e eliminá-lo por meio do ataque violento ao corpo destes indivíduos, dando forma à política do corpo.

Em *Fear of Small Numbers*, Arjun Appadurai (2006) ressalta a porosidade das fronteiras em uma época de fluxos intensos, indicando que a globalização contribuiu para expor patologias severas nas ideologias sagradas da nação (p.1). Isso exacerbaria a incerteza social e criaria uma ansiedade intolerável nos indivíduos com relação ao pertencimento a determinada comunidade, ameaçando seus laços quando novos riscos atrelados às identidades étnicas em larga-escala ou às redes existentes são erodidas pelo rumor, terror ou movimento social (p. 4-5).

A formação estatal demanda uma comunidade homogênea, ainda que por meio de práticas violentas de extermínio. Nesse sentido, a construção da identidade nacional depende, necessariamente, do estabelecimento do Outro, da diferença (Devetak, 1996; Campbell, 1992; Hansen, 2006). O moderno sistema de Estados necessita da articulação de ameaças e alteridades por meio de discursos de segurança

para delinear sua identidade. Por conseguinte, asseguram sua legitimidade por meio da promessa de segurança a seus cidadãos, que, de outro modo, estariam expostos a diversos perigos (Campbell, 1992). Nas palavras de Campbell, “(...) the state (...) require considerable effort to maintain order within (...) and thereby engage in an evangelism of fear to ward off internal and external threats, succumbing in the process to the temptation to treat difference as otherness” (1992, p. 56).

Como apontam Campbell (1992) e Devetak (1996), esta construção do Outro não precisa estar localizada fora do Estado, ao contrário, muitas vezes ela se encontra internamente, possibilitando a intervenção estatal para conter os dissidentes.

“The geopolitical creation of the external Other is integral to the constitution of a political identity (self) which is to be made secure. But to constitute a coherent singular political identity often demands the silencing of internal dissent. There can be no internal others that endangers a certain concept of the self, and must be necessarily expelled, disciplined or contained” (Devetak, 1996, p. 198).

Entretanto, não existem identidades naturalmente antagônicas, mas produzidas socialmente de forma a permitir sua construção enquanto hierarquicamente opostas. Appadurai estabelece o conceito de identidade predatória, se referindo a “those identities whose social construction and mobilization require the extinction of other, proximate social categories, defined as threats to the very existence of some group, defined as we” (2006, p. 51). Com a adoção deste conceito o autor explica de que maneira determinado grupo enxerga o outro como inimigo que deve ser erradicado na tentativa de buscar uma comunidade homogênea e pura. Todavia, interessa-nos uma discussão mais profunda acerca da influência do Estado na polarização das identidades e na perpetuação de práticas de exclusão baseadas na construção de gênero.

Heather Rae (2002) apresenta a relação de dependência entre a formação estatal e as práticas de homogeneização patológica. Segundo ela, a homogeneização patológica diz respeito à prática empreendida nos processos históricos de construção do Estado pelas elites estatais, as quais, arrogando-se o direito de definir a identidade nacional desse Estado, exterminaram, expulsaram ou assimilaram forçosamente certos grupos específicos de sua população (p.3).

Assim, são adotadas estratégias e práticas que buscam, por meio da exclusão violenta da diferença, criar uma comunidade pura e homogênea. Segundo ela, “these strategies range from attempts to legally exclude minority groups from citizenship rights, to strategies of forced conversion or assimilation, expulsion and extermination” (2002, p. 5). Desse modo, a formação do Estado está permeada por relações de poder que demandam a categorização e posterior exclusão da alteridade. As práticas de eliminação da diferença são constitutivas do moderno processo de formação estatal e dele indissociáveis, permitindo a exclusão legítima da alteridade radical inassimilável ao Eu. Como argumenta Peterson,

“State formations constitute power relations (gender, class, race hierarchies), and the state has the exclusive right to use force to maintain those relations. Thus, (...) the state is strategic in three senses: it acts as the centralized main organizer of gendered power; it exercises legitimate violence and define what is illegitimate; and it institutionalizes and reproduces (through sanctions, cultural forms, education, policy, regulation, law) the legitimization of social hierarchy” (Peterson, 1992b, p. 39).

Portanto, se a consolidação e legitimidade do Estado moderno supostamente dependem de uma identidade unitária, conectando território e população, as estratégias e práticas violentas serão uma constante, uma vez que, segundo Rae, raramente esta unidade ideal ocorre na prática devido à pluralidade dos grupos em um mesmo território (2002, p. 53).

Apesar da contribuição dos autores em atrelar as práticas violentas de exclusão da diferença ao projeto de formação estatal, não tratam diretamente das práticas baseadas na construção social de gênero, central para a argumentação aqui defendida.

No caso em análise nessa dissertação, buscaremos demonstrar que o Estado ruandês delineia um espaço moral⁵⁰ (Campbell, 1992, p. 85), demarcando a superioridade do Eu em oposição à inferioridade do Outro, por meio de construções

⁵⁰ Nas palavras do autor, “the social space of inside/outside is both made possible by and helps constitute a moral space of superior/inferior, which can be animated in terms of any number of figurations of higher/lower” (Campbell, 1992, p. 85). Os espaços morais são espaços sociais imaginados, no qual um grupo de indivíduos é incluído ou excluído com base em dicotomias hierárquicas, separando pertencentes, categorizados como bons, civilizados, superiores, e excluídos, categorizados como maus, selvagens e inferiores.

discursivas genderizadas que legitimam práticas disciplinares violentas, centradas nos corpos dos indivíduos.

A utilização do termo *body-politics* busca ressaltar a interconexão entre as esferas pública (do corpo político do Estado) e privada (do corpo individual), demonstrando a dinâmica do processo de construção da identidade no qual a esfera pública coordena as práticas discriminatórias perpetradas contra a esfera privada. Nesse caso, buscaremos demonstrar que o Estado ruandês incitava as milícias do grupo Hutu a praticar estupros em massa contra as mulheres do grupo Tutsi, com a intenção de destruir o grupo Tutsi como um todo. Essa dinâmica é bem representada na passagem a seguir:

“Entering the realm of the familiar and personal, and likening it to the national, Hutu extremists sought to smash any ambiguity of local identities and create a unified, national collective identity. The private sphere became a central site of nation building, manifest in the reproductive and sexual control of women's bodies, and graphic murder of both men and women. By starting here, we might begin to map some linkages between the personal and macro-political in Rwanda” (Baines, 2003, p. 480).

O corpo da mulher é importante ainda porque ele carrega consigo a idéia de reprodução⁵¹ da identidade e da ligação com a família e a comunidade, sendo, portanto, alvo fundamental na tentativa de desestabilizar e nulificar a identidade do grupo Tutsi. Além disso, como já destacamos, o corpo é o locus em as diferenças de gênero parecem estar materialmente inscritas.

Outro fator importante para o foco no corpo é o fato de que em Ruanda frequentemente eram atribuídas características que diferenciavam as duas etnias. Assim os Hutus tinham rostos redondos, pele mais escura, nariz achatado, lábios grossos, enquanto os Tutsis possuíam rostos mais longos, pele mais clara, nariz e lábios mais finos.

No entanto, conforme ressaltado, essas classificações são arbitrárias e a categorização em *Tutsi* ou *Hutu* apresenta variações de acordo com o contexto e, portanto não é possível atribuir a identidade por meio de características físicas. Ou seja, apesar de não fazerem sentido as definições por critérios fenotípicos, as

⁵¹ É importante ressaltar que em Ruanda não havia a política de engravidar as mulheres, contudo, apesar de não ser um objetivo intencional, muitas mulheres tiveram filhos, frutos da violência sexual, deteriorando ainda mais os laços com a família e criando um trauma ainda maior.

diferenciações eram bastante utilizadas no discurso de exclusão da diferença (Malkki, 1995, 79-81), como veremos no próximo capítulo.

Desse modo, a política do corpo, por meio do ataque direto ao corpo físico do indivíduo, se estabelece como um meio explícito de torturar, submeter, desestabilizar e destruir suas vítimas, e ainda, como uma forma de enfraquecer os laços desta com relação às suas comunidades sócio-políticas⁵².

Apesar do termo “*política do corpo*” enfatizar a relação da esfera estatal com a esfera privada, demonstrando os efeitos opressivos das relações de poder nos corpos dos indivíduos por meio de mecanismos disciplinadores, faz-se necessário destacar que o foco dessa dissertação é a violência sexual perpetrada de forma sistemática e em larga escala contra mulheres do grupo Tutsi. Reconhecemos que a política do corpo engloba outras formas de marginalização – como, por exemplo, a morte por doenças ou fome, em consequência da ausência de assistência do Estado baseado na categorização dos Tutsis como estrangeiros e inimigos –, porém, nossa ênfase recairá sobre as práticas violentas de dominação permeadas pelas construções de gênero.

Conforme evidenciado no capítulo de introdução, consideramos violência sexual qualquer violência, física ou psicológica, realizada por meios sexuais ou visando a sexualidade (United Nations, E/CN.4/Sub.2/1998/13, 1998). Nesse âmbito, a nudez forçada em público; o ato sexual forçado entre duas vítimas ou entre uma vítima e um perpetrador; qualquer dano causado à vítima de maneira sexual; a escravidão sexual; a mutilação de órgãos sexuais; o uso de objetos introduzidos nos genitais das vítimas serão levados em consideração na nossa pesquisa. Além disso, consideraremos ainda a violência sexual indireta, na qual os indivíduos foram coagidos a participar, pelos perpetradores, como observadores ou atuantes, dos crimes de violência sexual. Ainda que reconheçamos a existência de diversos tipos de violência sexual, a presente pesquisa terá como foco principal o estupro em massa utilizado de forma sistemática como parte integrante do plano político do Estado

⁵² Por ser uma sociedade patriarcal, as mulheres vítimas de estupros são marginalizadas pela família e pela sociedade, denegrindo a imagem e a honra da família perante sua comunidade. Por esse motivo, muitas mulheres se isolam e/ou escondem o fato de terem sofrido algum tipo de violência sexual. Veena Das caracteriza este isolamento como morte social. Ver DAS, V. Violence, Gender, and Subjectivity. *Annual Review of Anthropology*, v. 37, 2008, p. 290.

ruandês de destruir a comunidade Tutsi. Esta opção leva em conta três considerações: 1) o fato de que o estupro era uma política do governo (HRW, 1996; Des Forges, 1999); 2) maior disponibilidade de dados em relação às outras formas de violência sexual⁵³; 3) as conseqüências do estupro – como, por exemplo, a contaminação com o vírus HIV; desmantelamento do grupo Tutsi como um todo; crianças nascidas da perpetração – para o tecido social ruandês.

Destarte, analisaremos como os pressupostos e expectativas de gênero são combinados à identidade do grupo-alvo, fabricando determinada feminilidade subjugada em oposição à determinada masculinidade opressora e permitindo a ocorrência destas práticas predatórias. Todavia, é importante notar que ainda que muitas mulheres – em especial do grupo Tutsi – tenham sido vítimas desse tipo de marginalização, a categorização mulher-vítima e homem-perpetrador é também uma construção social genderizada e, portanto, apresenta variação contextual.

Na esteira desse argumento, o estupro pode ser entendido como uma forma de reafirmar a masculinidade do Eu, dotado de poder e superioridade, em relação ao Outro. Algumas vezes é utilizado até mesmo na promoção de coesão dentro do grupo, já que envolve preceitos como cumplicidade e lealdade entre os perpetradores. Como Miranda Alison (2007) argumenta as teorias tradicionais não têm provido uma justificativa satisfatória para a ocorrência destas ações, já que focam na noção de estupro como ação indiscriminada, além de não observarem as peculiaridades da violência sexual cometida durante os conflitos e não explicarem a violência sexual contra os homens (p. 89-90).

Sendo assim, analisam o fenômeno como uma tendência masculina de manter o controle sobre as mulheres na qual “all men keep all women in a state of fear” (Alison, 2007, p. 78). Desse modo, a autora busca enfatizar a importância de não termos como natural que mulheres sejam sempre vítimas⁵⁴ e homens sempre os

⁵³ No entanto, os dados sobre os casos de estupro em Ruanda são aproximados, pois, devido ao trauma e à estigmatização da mulher vítima deste tipo de violência sexual na família e comunidade, muitas mulheres nunca denunciaram a ocorrência destes crimes.

⁵⁴ Apesar de esta dissertação ter como foco principal as mulheres que foram vítimas de estupros sistemáticos, é indispensável destacar que nem todas as mulheres são vítimas, muitas se engajavam no ideal do extermínio e colaboravam com tais métodos discriminatórios, daí a necessidade de examinar os diferentes casos e não tomar como natural que todas as mulheres sejam vítimas. Vide o, já ressaltado, caso de Pauline Nyiramasuhuko. Além disso, algumas mulheres também cometiam

agentes, assim, ela afirma que os discursos acerca do tema tendem a reificar essa questão sempre articulada ao paradigma do “male-perpetrator/female-victim” (Idem, p.75).

É importante ressaltar que a violência sexual e o estupro, diante do contexto de um conflito identitário, não são uma simples forma de agressão, mas sim um mecanismo utilizado para separar o Eu e o Outro, pertencentes e dissidentes. Portanto, no caso ruandês, não foram uma mera consequência da guerra, mas sim seu objetivo primário, no qual o uso deste tipo de violência, fomentada pelo Estado, era parte de um plano sistemático de ataque à comunidade Tutsi como um todo por meio do corpo físico dos indivíduos.

“The pattern of sexual violence in Rwanda shows that acts of rape and sexual mutilation were not accessory to the killings, nor, for the most part, opportunistic assaults. Rather, according to the actions and statements of the perpetrators, as recalled by survivors, these acts were carried out with the aim of eradicating the Tutsi. Taken as a whole, the evidence indicates that many rapists expected consequent to their attacks, that the psychological and physical assault on each Tutsi woman would advance the cause of the destruction of the Tutsi people” (HRW, 1996, p. 22).

Além de sofrer devido à humilhação perante seu perpetrador, a vítima ainda arca com a responsabilidade de ferir a honra da família e da comunidade, fazendo com que muitas delas evitem denunciar tal abuso, uma vez que Ruanda foi constituída como uma sociedade patriarcal⁵⁵.

Como já argumentamos, a tensão entre a possibilidade de emancipação do sujeito ‘mulher’ pelo feminismo e a recusa do pós-modernismo em essencializar tal categoria alimenta muitos debates nos estudos da área⁵⁶. Contudo, buscaremos demonstrar que, na verdade, as abordagens são complementares. Assim, ressaltamos a necessidade de considerar a performatividade e as subjetividades existentes,

violência sexual contra homens e/ou meninos, desconstruindo as expectativas associadas ao sujeito feminino como naturalmente pacífico e ressaltando que esta conexão da mulher como subjugada, pacífica, vítima é uma construção simbólica. Vide o caso de Faustin Kayihura, sobrevivente e vítima de violência sexual (de Brouwer; Ka Hon Chu; Muscati, 2009).

⁵⁵ Para esta inferência serão considerados a experiência de campo e os materiais disponíveis para escrutinização, muito embora estes também possuam, em larga medida, uma concepção ocidental de patriarcalismo. Contudo, dados os testemunhos das vítimas sobreviventes da prática do estupro, consideraremos que Ruanda foi construída como patriarcal e que as mulheres são oprimidas pelas construções sociais desiguais genderizadas.

⁵⁶ Ver Butler, 2006; Peterson; Runyan, 2010.

desmistificando a incompatibilidade entre a luta feminista contra o estupro e as teorias pós-modernas e evitando tratá-lo como algo fixo, dado, natural.

Mary Hawkesworth (1989) em uma tentativa de tratar a questão do estupro como algo urgente e “real” acaba incorrendo no erro de tratá-lo como algo fixo, dado. Ao distinguir a visão empiricista do estupro de uma visão textual, pós-moderna⁵⁷, a autora atribui uma suposta incompatibilidade entre as teorias pós-modernas baseadas no discurso e a realidade da luta feminista contra o estupro.

Hawkesworth argumenta que,

“(...) the undesirable consequences of the slide into relativism that results from too facile a conflation of world and text is particularly evident when feminist concerns are taken as a starting point. Rape, domestic violence, and sexual harassment (to mention just a few of the realities that circumscribe women's lives) are not fictions or figurations that admit of the free play of signification. The victim's account of these experiences is not simply an arbitrary imposition of a purely fictive meaning on an otherwise meaningless reality (...) The world is more than a text. (...) theories of life must deal with more than the free play of signifiers” (Hawkesworth, 1989, p. 555-556).

Entretanto, as práticas discursivas não estão em oposição ao mundo material ou real como a autora sugere, mas só adquirem materialidade por meio da interpretação cultural discursiva de seus significados. Assim, a autora parece não partilhar da concepção de discurso como relações de poder que moldam e são moldadas pela ordem social.

Como destaca Sharon Marcus (1992) esta pressuposição acaba por contradizer uma das assertivas mais poderosas com relação ao estupro – de que esta é uma questão de linguagem, de interpretação e subjetividade. Segundo a autora,

“(...) a feminist politics which would fight rape cannot exist without developing a language about rape, nor, I will argue, without understanding rape to be a language. What founds these languages are neither real nor the objective criteria, but political decisions to exclude certain interpretations and perspectives and to privilege others” (Marcus, 1992, p. 387).

Muitos autores que tratam da temática do estupro acabam por considerá-lo como um fato material inevitável que permeia a vida das mulheres, no qual o homem, por sua natureza e habilidade física, conseguiria dominá-la e cometer o estupro contra sua vítima.

⁵⁷ É mister destacar que tais classificações são adotadas pela autora.

Susan Brownmiller, em seu aclamado livro *Against Our Will*, trata o estupro como algo dado, algo que depende apenas da vontade do homem e do medo da mulher (1975, p. 14). Segundo ela, “when men discovered that they could rape, they proceeded to do it” (Idem). Nesse sentido, a autora assume que todos os homens, dada sua natureza, força e habilidade física podem cometer estupro e, para que isso ocorra, basta apenas a vontade deles. Contudo, segundo Marcus, “to take male violence or female vulnerability as the first and last instances in any explanation of rape is to make the identities of rapist and raped preexist the rape itself” (1992, p.391). Com isso, Brownmiller não só toma as identidades como pré-dadas e fixas, mas também supõe que todos os homens, apenas por serem do sexo masculino, são potenciais estupradores.

Essa prerrogativa desconsidera toda a rede de complexas inter-relações entre homens e mulheres e o contexto social no qual estão inseridos. Brownmiller situa, fixa e torna natural algo que é contingente, variável, subjetivo e permeado por diversos significados. Na tentativa de defender o fim do estupro, a luta feminista, a autora, com seu ativismo impulsivo, acaba por tirar a agência das mulheres, assumir uma suposta natureza masculina, tornando o estupro como parte inevitável do cotidiano feminino.

Portanto, esta dissertação leva em consideração e corrobora o argumento de Marcus, considerando o estupro como amplamente permeado por uma complexa rede de significados e ressalta a importância do discurso na análise do estupro e, ainda, o considera como um discurso.

“Another way to refuse to recognize rape as the real fact of our lives is to treat it as a linguistic fact: to ask how the violence of rape is enabled by narratives, complexes and institutions which derive their strength not from outright, immutable, unbeatable force, but rather from their power to structure our lives as imposing cultural scripts. To understand rape in this way is to understand it as subject to change. (...) Another crucial, literal way to understand rape as a linguistic fact is to highlight the presence of speech in rape. Contrary to received wisdom, which imagines rape as wordless, absolutely impersonal attack, most rapists take verbal initiatives with their targets in addition to deploying physical aggression” (Marcus, 1992, p. 388-389).

Apesar de corroborar com a perspectiva de Sharon Marcus acerca da importância de analisar o estupro considerando o discurso e as subjetividades

envolvidas, há pontos de discordância⁵⁸ quando a autora defende uma busca por estratégias de prevenção que permitam que as mulheres consigam evitar o estupro ou que busquem uma espécie de empoderamento para as mulheres.

Cumprе destacar ainda nossa preocupação com a especificidade do caso em análise, desnaturalizando interpretações universalizantes acerca do estupro. Em *'It's only a penis': rape, feminism and difference*, Christine Helliwell (2001) demonstra que a universalidade e a atribuição de caráter negativo são fruto de uma visão ocidentalizada de tal perpetração. A própria autora admite que tomava como dada a ocorrência do estupro em contextos sociais e culturais diferentes dos quais ela está ambientada antes de seu trabalho de campo em Geraі, no Bornéu indonésio (p. 791).

“It is clear from the ethnographic record that while for women in many non-Western societies the experience of rape is similar to that of most Western women, this is not the case in all societies. Material from Mehinaku and some Papua New Guinea societies suggests that rape is not everywhere experienced by women victims in the deeply traumatic terms taken from granted by most Western feminist writers on the topic” (Helliwell, 2001, p. 792).

Helliwell (2001) destaca que o pressuposto do estupro como algo traumático é universalizado, pois, uma vez que estas práticas ocorrem no ocidente ‘civilizado’, assume-se que elas também estão impregnadas em outras sociedades (p.793). A autora também tece críticas à Brownmiller (1975) por afirmar que os homens estuprariam por estarem biologicamente equipados com suas “ferramentas” (pênis) (p. 795, tradução livre), incorrendo numa falácia⁵⁹.

Helliwell (2001) demonstra, por meio do seu estudo de caso, que os significados atribuídos a determinadas relações são dotados de complexidade e que a variação contextual pode ser fundamental para não naturalizar e universalizar o estupro. Nessa mesma sociedade, não há a hierarquização de dicotomias entre masculino e feminino, pois é constituída com base na igualdade/semelhança entre os indivíduos; segundo a autora, nem mesmo os órgãos sexuais são diferenciados (apenas com relação ao seu posicionamento) (p. 799-803). Portanto, não há

⁵⁸ Apesar de não nos posicionarmos contra autores que adotam tal posicionamento, não pretendemos definir ou elaborar estratégias para evitar tal prática.

⁵⁹ O argumento de Brownmiller parece incorrer em uma falácia de falsa indução. Onde teríamos: Os homens estupram porque têm pênis. Todos os homens têm pênis. Logo, todos os homens estupram.

diferenciação entre homens como agressivos e ativos e mulheres como vulneráveis e passivas, conforme construído na concepção ocidental, assim, ela destaca que:

“In Geraí context, the penis, or male genitalia in general, is not admired, feared, or envied, nor is the phallus a central signifier (...). In fact, Geraí people see men’s sexual organs as more vulnerable than women’s for the simple reason that they are outside the body, while women’s are inside (...). In addition, Geraí people say, because the penis is ‘taken into’ another body, it is theoretically at greater risk during the sexual act than the vagina. This contrasts, again, quite markedly with Western understandings, where women’s sexual organs are constantly depicted as more vulnerable during the sexual act (...). In Geraí, a penis is ‘only a penis’: neither a marker of dimorphism between men and women nor, in its essence, any different from a vagina” (Helliwell, 2001, p. 808-809).

Entretanto, com esta discussão não pretendemos sugerir que exista um modo menos traumático de conceber as relações sociais, tampouco consideramos o estupro como mero discurso. Buscamos, por meio deste, demonstrar como há ampla variação contextual acerca do estupro e como os significados atrelados a esta prática moldam a ordem social.

Conclusão

O presente capítulo apresentou as abordagens a serem utilizadas na dissertação e suas contribuições para a análise do tema proposto. Demonstramos ainda a importância da constituição discursiva e da performance na construção e perpetuação das identidades, ressaltando que, por meio desse processo de (re)significação e construções sociais genderizadas, diferentes práticas violentas serão adotadas com base na diferença de gênero.

No capítulo seguinte, faremos uma discussão mais aprofundada sobre a influência da administração colonial na formação das identidades e constituição das mítico-narrativas – considerando a constituição dos discursos genderizados e as subjetividades – na politização das identidades. Com isso, pretendemos demonstrar como a constituição discursiva e as relações de poder moldaram o imaginário local, permitindo a utilização de práticas de homogeneização patológica na tentativa de criar uma comunidade pura e homogênea.